

**REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E**  
**EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS**

**Registro nº 26695**

Certifico e dou fé que recebi o documento em papel com 19 (dezenove) páginas, foi apresentado em 27/06/2025, o qual foi protocolado e registrado sob nº 26695 em 27/06/2025 e averbado à margem do registro sob nº 19393, no Livro de Registro Civil das Pessoas Jurídicas (Livro A) deste Cartório do 4º Ofício de Notas e 2º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Fortaleza, CNPJ 06.573.000/0001-67, na presente data.

**Natureza: 3ª ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

**Apresentante: FUNDAÇÃO DE APOIO À CIÊNCIA, CULTURA, ESTUDOS E PESQUISAS (FACEP) CNPJ 37.869.010/0001-78**

Fortaleza, 27 de junho de 2025

  
ISAAC BRUNO MOURA VASCONCELOS  
Escrevente

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.



CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES	
Nº de atendimento:	20250627000379
Total emolumentos:	R\$ 162,50
Total FERMOJU:	R\$ 12,61
Total Selos:	R\$ 11,71
Total FRMMP (Ministério Público):	R\$ 8,11
Total FAADEP (Defensoria Pública):	R\$ 8,11
Total ISS:	R\$ 8,11
Valor Total:	R\$ 211,15
Base de cálculo / Atos com Valor Declarado	
Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos	
Códigos: 5013, 5023	





2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
CARTÓRIO MORAIS CORREIA  
REGISTRADO 26695

## FUNDAÇÃO DE APOIO À CIÊNCIA, CULTURA, ESTUDOS E PESQUISAS

Endereço: Rua Barão de Aracati, nº 845 – Meireles. CEP 60115-080, Fortaleza/CE

Telefone/WhatsApp: 85 - 987710340 - CNPJ.: 37.869.010/0001-78

www.facep.ufc.br

contato@facep.ufc.br

**3ª ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA CONSOLIDADA** da FUNDAÇÃO DE APOIO À CIÊNCIA, CULTURA, ESTUDOS E PESQUISAS (FACEP), CNPJ: 37.869.010/0001-78, com Estatuto Social registrado no Cartório Morais Correia, Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, 4.º Ofício de Notas - 2º RTDPJ - Fortaleza-CE, sob o registro n.º 19393, no dia 27/07/2020, em seguida, aprovado o registro estatutário pelo MPCE/26ªPmJFOR, em 15/10/2020. Em decorrência da necessidade de adequação das suas disposições estatutárias, o Conselho Curador da FACEP resolve alterar e consolidar o seu Estatuto Social, de acordo com a sua ata de reunião ordinária, datada de 28 de agosto de 2024, para referendar as alterações a seguir descritas, conforme determina o inciso XIV do artigo 24, e resolve:

## ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E DURAÇÃO

**Art. 1º.** A FUNDAÇÃO DE APOIO À CIÊNCIA, CULTURA, ESTUDOS E PESQUISAS (FACEP) é uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída em 06 de março de 2020, em Fortaleza, no Estado do Ceará, regendo-se pelo presente estatuto, pelo regimento interno que vier a ser adotado e pela legislação vigente, em especial pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto Lei nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e alterações posteriores, instituída na forma da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

Rita d'Alva M. Rodrigues  
Promotora de Justiça  
2ª Promotora Civil



26695

**Parágrafo único.** Para todos os efeitos, as denominações **Fundação ACEP, Fundação** e **FACEP** são equivalentes no texto do presente Estatuto.

**Art. 2º.** O prazo de duração da **FACEP** será por prazo indeterminado.

**Art. 3º.** A **FACEP** tem sede e foro à Rua Barão de Aracati, nº 845, Bairro Meireles, CEP 60115-080, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, podendo constituir escritórios de representação em outras cidades e unidades da Federação e atuar em todo território nacional, desde que regularmente aprovado pelo Conselho Curador e pelo Ministério Público.

**Art. 4º.** A **FACEP** tem como instituidora a Associação Cearense de Estudos e Pesquisas (**ACEP**), instituição sem fins econômicos, com sede à Rua Barão de Aracati, nº 845, Bairro Meireles, CEP 60115-080, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ nº. 01.921.606/0001-22, com Estatuto Social devidamente registrado no REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - 4.º Ofício de Fortaleza-CE, Cartório Morais Correia, sob o Microfilme N.º 1621, em 09 de maio de 1997, tendo a dotação original constituída por meio de doação da **ACEP** de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e em bens patrimoniais no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

## CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

**Art. 5º.** A **FACEP** tem por finalidades:

- I.** Assistência social;
- II.** Cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III.** Educação;
- IV.** Saúde;
- V.** Segurança alimentar e nutricional;
- VI.** Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII.** Pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;

  
Rita d'Alva M. Rodrigues  
Promotora de Justiça  
26ª Promotoria Cível



**VIII.** Promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

**Art. 6º.** Para a realização de suas finalidades, a **FACEP** poderá desenvolver as seguintes atividades:

**I.** Celebrar convênios, acordos ou outros instrumentos jurídicos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, cujos objetivos sejam compatíveis com as suas finalidades;

**II.** Realizar programas educacionais comunitários;

**III.** Conceder prêmios de estímulo a pessoas que tenham contribuído de maneira notória para o desenvolvimento da arte e da cultura ou de conhecimentos nas áreas de atuação da **FACEP**, no País;

**IV.** Realizar trabalhos técnicos para a execução de serviços organizacionais e de educação continuada;

**V.** Executar programas de avaliação de cursos de nível superior e médio para fins de renovação de credenciamento e reconhecimento institucional;

**VI.** Apoiar e participar da elaboração de projetos de inovação tecnológica, nos termos da Lei nº. 10.973, de 02 de dezembro de 2004, e legislação complementar;

**VII.** Planejar e realizar estudos estatísticos e de medidas educacionais, incluindo processos de avaliação e desempenho curricular;

**VIII.** Realizar estudos técnicos especializados relativos à implantação de sistemas informatizados, desenvolvimento organizacional e institucional, inclusive de treinamento de pessoal, envolvendo atividades de diagnóstico, concepção e elaboração de planos diretores, bem como projetos de planejamento e reestruturação administrativa nas diversas áreas de organizações públicas ou privadas;

**IX.** Promover cursos, inclusive cursos de idioma, testes de nivelamento/proficiência, simpósios, seminários, conferências, eventos diversos e estudos que visem à melhoria do ensino e a disseminação de saberes nas diversas áreas de produção do conhecimento;

**X.** Colaborar na organização e implementação, bem como no apoio à gestão administrativa e financeira de cursos de pós-graduação *lato e stricto*



*sensu* na modalidade profissional da Universidade Federal do Ceará (UFC) e de outras Entidades Educacionais;

**XI.** Elaborar, executar e certificar cursos em nível de pós-graduação, em nível médio, técnico e de capacitação;

**XII.** Promover e incentivar a divulgação da produção científica por meio de publicações técnicas, periódicos, monografias e outras formas adequadas;

**XIII.** Desenvolver e executar estudos nas áreas de Educação, Tecnologia da Informação, Meio Ambiente, Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Tributária, Trabalhista e Previdenciária, que procurem atender às necessidades do Setor Público ou Privado, dentro dos padrões acadêmicos que permitam, simultaneamente, o atendimento à sua finalidade e o treinamento de pessoal especializado;

**XIV.** Incentivar o intercâmbio de pesquisadores, professores e técnicos da Universidade Federal do Ceará e de outras Entidades de Ensino ou de Pesquisa, podendo promover intercâmbio científico-tecnológico-cultural com entidades do País ou do Exterior;

**XV.** Planejar e executar seleções e concursos públicos;

**XVI.** Atuar como agente de integração de estágio para alunos do ensino regular de instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

**XVII.** Desenvolver estudos e pesquisas voltadas ao desenvolvimento das atividades inerentes à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, no ambiente produtivo das instituições públicas e privadas, compatíveis com os objetivos da Lei nº. 13.243, de 11 de janeiro de 2016.

**Parágrafo primeiro.** Os programas, ações e projetos desenvolvidos com participação do quadro de servidores técnico-administrativo e docentes, da instituição apoiada deverão ser previamente aprovados por esta.

**Parágrafo segundo.** A participação autorizada dos servidores da instituição apoiada não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a **FACEP**, que poderá conceder bolsas na forma da legislação que rege a matéria.

**Parágrafo terceiro.** A **FACEP** poderá desenvolver outras atividades não descritas neste artigo, desde que não contrariem as finalidades descritas no artigo 5º deste Estatuto.

  
Rita d'Alva M. Rodrigues  
Promotora de Justiça  
26ª Promotoria Cível

4/17



### CAPÍTULO III DAS ATIVIDADES

**Art. 7º.** No desenvolvimento de suas finalidades, a **FACEP** obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da transparência, da publicidade, da economicidade, da razoabilidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião, submetendo-se à fiscalização do Ministério Público, nos termos do Código Civil e Código de Processo Civil, à legislação trabalhista e, no que tange às relações com a instituição apoiada, às normas de credenciamento e registro no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

**Art. 8º.** Para realização de suas atividades, dentro de suas finalidades, a **FACEP** poderá celebrar convênios, contratos, acordos, termos de parcerias e outros instrumentos de qualquer natureza, com pessoas físicas ou jurídicas, do setor público, privado ou terceiro setor, congêneres e afins, para o melhor desenvolvimento de suas finalidades estatutárias, sujeitando-se às normas estabelecidas no instrumento jurídico pactuado.

**Art. 9º.** Para realização de suas finalidades, a **FACEP** poderá conceder bolsas de ensino, pesquisa, extensão e estímulo à inovação tecnológica aos servidores e estudantes vinculados à instituição apoiada, no âmbito de projetos ou programas desenvolvidos em parceria, com fundamento na Lei nº. 9.958/94 ou no artigo 9º, parágrafo primeiro, da Lei nº. 10.973/04, observadas as disposições constantes no Decreto nº. 7.423/10 e alterações posteriores ou ainda outra legislação que venha a reger a matéria.

**Parágrafo primeiro.** A bolsa de ensino constitui instrumento de apoio e incentivo à projetos de formação e capacitação de recursos humanos.

**Parágrafo segundo.** A bolsa de pesquisa constitui instrumento de apoio e incentivo à projetos de pesquisa científica e tecnológica.

**Parágrafo terceiro.** A bolsa de extensão constitui instrumento de apoio e incentivo à execução de projetos desenvolvidos em interação com os diversos setores da sociedade que visem ao intercâmbio e ao aprimoramento do conhecimento utilizado, bem como ao desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.



**Parágrafo quarto.** A bolsa de estímulo à inovação tecnológica obedecerá aos atos normativos internos estabelecidos pela instituição apoiada.

**Parágrafo quinto.** Para a concessão das bolsas de que trata este artigo, será necessária a aprovação prévia da instituição apoiada e constar nos projetos e planos de trabalho.

**Parágrafo sexto.** As bolsas concedidas pela **FACEP**, nos termos do Decreto nº. 7.423/10, são isentas do imposto de renda, conforme disposto no artigo 26 da Lei 9.250/95, e não integram a base de cálculo de incidência da contribuição previdenciária prevista no artigo 28, incisos I a III, da Lei nº 8.212/91.

#### CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

**Art. 10.** O patrimônio da **FACEP** é constituído pela dotação inicial descrita na escritura de constituição e integralizada por sua instituidora **ACEP**, podendo ser acrescido de:

**I.** doações, legados, auxílios e contribuições que lhe venham a ser destinados por pessoas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras para esse fim;

**II.** todos os legítimos bens e direitos que vier a possuir;

**III.** resultados líquidos provenientes de suas atividades que, a critério do Conselho Curador, sejam incorporados.

**Art. 11.** Dependerão de aprovação do Conselho Curador e de autorização do Ministério Público, os seguintes atos:

**I.** Aceitação de doações e legados com encargos;

**II.** Contratação de empréstimos e financiamentos;

**III.** Alienação, oneração ou permuta de bens imóveis, para aquisição de outros mais rentáveis ou mais adequados à consecução de suas finalidades.

**Art. 12.** Constituirão receitas da **FACEP**:

**I.** As provenientes de convênios, contratos, acordos, auxílios, doações e/ou dotações;

**II.** As remunerações recebidas no desenvolvimento de suas atividades;

Rita d'Alva M. Rodrigues  
Promotora de Justiça  
26ª Promotoria Civil

6/17



**III.** As rendas próprias dos bens que possua ou que sejam por ela administrados;

**IV.** As rendas destinadas por terceiros a seu favor;

**V.** As rendas dos títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;

**VI.** Os juros de capital e outras receitas da mesma natureza;

**VII.** Os usufrutos que lhe forem conferidos;

**VIII.** As provenientes de *royalties* recebidos por patentes a que tiver direito;

**IX.** As resultantes de atividades relacionadas, direta ou indiretamente, com as finalidades estabelecidas no **Capítulo II**, deste Estatuto;

**X.** Contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

**XI.** Doações e legados.

**Parágrafo Primeiro.** A **FACEP**, por deliberação do Conselho Curador, poderá destinar um percentual de sua receita para a criação de um fundo financeiro, com o fim de garantir a sua perpetuidade.

**Parágrafo Segundo.** O fundo financeiro a que se refere o parágrafo anterior poderá ser utilizado na aquisição de bens imóveis, direitos, quotas em fundos de investimento ou ações, após regular autorização do Conselho Curador.

**Art. 13.** O patrimônio da **FACEP**, os recursos dele provenientes e as receitas obtidas só poderão ser utilizados para a realização das finalidades expressas no **Capítulo II** do presente Estatuto, observadas, ainda, as exigências legais.

**Art. 14.** A contratação de empréstimos seja em instituições financeiras, agências de fomento ou a particulares, dependerá de deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho Curador, em reunião especialmente convocada para esse fim.

**Art. 15.** A alienação, hipoteca, penhor, venda, ou permuta de bens patrimoniais e a prestação de garantias que importem em ônus sobre imóveis dependem de decisão do Conselho Diretor, por quórum de instalação qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros e a deliberação da maioria absoluta, com subsequente manifestação do Ministério Público.



**Art. 16.** Os bens imóveis só poderão ser alienados após aprovação do Conselho Diretor e ratificados pelo Ministério Público, demonstrada a sua vantagem para as finalidades da **FACEP**.

## CAPÍTULO V DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**Art. 17.** A Administração da **FACEP** será exercida pelos seguintes órgãos:

- I.** Conselho Curador;
- II.** Conselho Fiscal;
- III.** Presidência.

**Parágrafo primeiro.** O exercício das funções de integrantes do Conselho Curador e do Conselho Fiscal não será remunerado, direta ou indiretamente.

**Parágrafo segundo.** Não haverá distribuição de eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio da **FACEP**, auferidos mediante o exercício de suas atividades, os quais serão aplicados integralmente na consecução das finalidades da entidade.

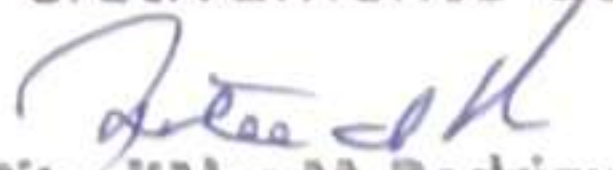
**Parágrafo terceiro.** Os membros da **FACEP** não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações da entidade, quando exercidas com observância do presente estatuto e da legislação aplicável à espécie.

**Parágrafo quarto.** É vedada a investidura pela mesma pessoa em cargos de órgãos distintos da **FACEP**, exceto para os casos do Presidente e Vice-Presidente, que, além do Conselho Curador, também irão compor a Presidência.

**Parágrafo quinto.** É vedada a investidura em quaisquer cargos dos órgãos de Administração da **FACEP** de cônjuge ou parentes até terceiro grau, de qualquer integrante do Conselho Curador.

**Art. 18.** Os servidores da Universidade Federal do Ceará, quando do exercício da função de pesquisa, extensão ou ensino de Pós-Graduação, poderão receber pagamentos previstos nos projetos, convênios, contratos ou acordos da **FACEP**, de acordo com a legislação em vigor.

**Art. 19.** A **FACEP** poderá instituir remuneração para pessoas que, não sendo membro dos Conselhos, efetivamente atuem na gestão executiva e a ela

  
Rita d'Alva M. Rodrigues  
Promotora de Justiça  
26ª Promotoria Civil

8/17



prestem serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente à sua área de atuação.

**Art. 20.** O quadro de pessoal da **FACEP** rege-se pela legislação trabalhista.

**Art. 21.** Fica vedada aos membros dos Conselhos da **FACEP** a obtenção, de forma individual ou coletiva, de remunerações, benefícios ou vantagens pessoais, bem como, em relação a seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau, ou pelas pessoas jurídicas das quais os mencionados anteriormente sejam controladores ou detenham mais de 10% das participações societárias.

**Parágrafo único.** Excetua-se do disposto neste artigo o entendimento previsto no inciso IX, parágrafo segundo, do artigo 35 deste Estatuto Social.

**Art. 22.** Os integrantes dos órgãos da administração da **FACEP** terão direito a receber quantias para cobrir despesas referentes à viagem, tais como passagens, alimentação, hospedagem, transportes e outras reembolsáveis quando a serviço da **FACEP**, cujos limites de valores serão fixados pelo Conselho Curador, devendo essas despesas ser comprovadas no prazo não superior a 30 (trinta) dias após a sua realização.

## Seção II

### Do Conselho Curador

**Art. 23.** O Conselho Curador é o órgão máximo de deliberação da **FACEP** e será composto por 06 (seis) membros, dos quais, mais da metade (quatro conselheiros) deverá ser indicada pelo Conselho Universitário da **UFC** e, no mínimo, 01 (um) membro deverá provir de entidades científicas, empresariais ou profissionais, sem vínculo com a instituição apoiada, cabendo ao Reitor da **UFC**, em consonância com a instituidora da **FACEP**, indicar 02 (dois) conselheiros.

**Parágrafo primeiro.** O mandato dos membros do Conselho Curador é de 4(quatro) anos, podendo haver recondução.

**Parágrafo segundo.** O Presidente da **FACEP** terá assento no Conselho Curador, sem direito a voto.



**Parágrafo terceiro.** O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Curador serão indicados pelo Reitor da Universidade Federal do Ceará, em consonância com a instituidora da **FACEP**.

**Parágrafo quarto.** Nas faltas ou impedimentos do Presidente do Conselho Curador, este será substituído pelo Vice-Presidente do Colegiado.



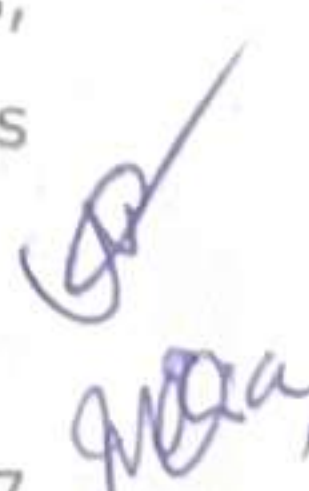
**Parágrafo quinto.** A indicação dos conselheiros do Conselho Curador a cargo da **UFC** será feita até 30 (trinta) dias do término do mandato dos conselheiros em exercício.

**Parágrafo sexto.** Os membros do Conselho Curador da **FACEP** serão escolhidos, preferencialmente, dentre os professores da Universidade Federal do Ceará, com exceção do Conselheiro Científico.

**Art. 24.** Compete ao Conselho Curador:

- I.** Aprovar os nomes dos membros do Conselho Fiscal;
- II.** Conceder licença aos integrantes do Conselho Curador, bem como aos integrantes do Conselho Fiscal;
- III.** Destituir, por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, integrantes de quaisquer dos órgãos componentes da estrutura organizacional da **FACEP**;
- IV.** Emitir pronunciamento sobre o planejamento da **FACEP**, bem como sobre os programas específicos a serem desenvolvidos;
- V.** Aprovar as prioridades que devem ser observadas na execução das atividades da **FACEP**, bem como o orçamento anual para o exercício seguinte;
- VI.** Exercer a fiscalização superior do patrimônio e dos recursos da **FACEP**, aprovando, anualmente, as Demonstrações Contábeis e o Relatório de Gestão;
- VII.** Deliberar sobre propostas de obtenção de empréstimos que onerem os bens da **FACEP**;
- VIII.** Autorizar o Presidente a comprar, vender, alienar, hipotecar, onerar, gravar, compromissar, alugar ou doar bens móveis e imóveis;
- IX.** Deliberar sobre proposta de incorporação, fusão, cisão ou transformação da **FACEP**;
- X.** Aprovar a participação da **FACEP** no capital de outras empresas, cooperativas ou outras formas de associativismo, bem como organizar empresas cuja atividade interesse às finalidades da **FACEP**;

  
Rita d'Alva M. Rodrigues  
Promotora de Justiça  
26ª Promotoria Civil

  
  
10/17  




**XI.** Aprovar o quadro de pessoal e suas alterações, bem como as diretrizes de salários, vantagens e outras compensações;

**XII.** Aprovar o Regimento Interno da **FACEP** e suas alterações, observada a legislação vigente;

**XIII.** Examinar e aprovar, até 30 (trinta) de agosto de cada ano, a prestação de contas anual, apresentada pela Presidência e apreciada pelo Conselho Fiscal;

**XIV.** Deliberar sobre alterações no estatuto da **FACEP**;

**XV.** Deliberar sobre a dissolução ou extinção da **FACEP**;

**XVI.** Convocar reunião do Conselho Fiscal e do Conselho Curador, por intermédio do seu Presidente;

**XVII.** Resolver os casos omissos deste Estatuto e do Regimento com base na analogia, equidade e nos princípios gerais do Direito.

**Parágrafo único.** Nas faltas e impedimentos do Presidente e Vice-Presidente, a Presidência do Conselho Curador será exercida pelo Conselheiro de maior idade.

**Art. 25.** O Conselho Curador reunir-se-á anualmente em seção ordinária, ou extraordinariamente quando houver convocação de seu Presidente, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, por qualquer meio de comunicação definido pelo Presidente do Conselho Curador.

**Parágrafo único.** As decisões serão tomadas por maioria simples de votos, quando não for exigido quórum qualificado.

**Art. 26.** As faltas não justificadas a três sessões consecutivas poderão implicar na perda da condição de membro do Conselho Curador.

**Parágrafo único.** Ocorrendo vacância dos membros do Conselho Curador, haverá recomposição, preferencialmente, pela Universidade Federal do Ceará, de acordo com a origem da vaga.

### Seção III Do Conselho Fiscal

**Art. 27.** O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da administração contábil-financeira da **FACEP**, e será integrado por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, que detenham capacidade e familiaridade com as áreas



jurídica, administrativa, econômico-financeira ou contábil, e que não ocupem nenhum outro cargo de fiscalização ou administração na **FACEP**.

**Parágrafo único.** Os membros do Conselho Fiscal serão indicados pelo Conselho Curador da **FACEP**.

**Art. 28.** Compete ao Conselho Fiscal examinar e emitir o parecer para discussão e deliberação pelo Conselho Curador:

**I.** Sobre as Demonstrações Contábeis de cada exercício;

**II.** Sobre assuntos econômicos, financeiros, administrativos, patrimoniais, contábeis e jurídicos, quando solicitado pela Presidência da **FACEP**.

**Art. 29.** Os integrantes do Conselho Fiscal escolherão, entre seus pares, o Presidente e o(a) Secretário(a) do Conselho.

**Parágrafo primeiro.** O Presidente do Conselho Fiscal será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo conselheiro de maior idade.

**Parágrafo segundo.** Ocorrendo vacância do cargo de Presidente do Conselho Fiscal assume, interinamente, o conselheiro de maior idade.

**Art. 30.** Para o exercício de suas funções, o Conselho Fiscal pode ser assessorado por técnicos, peritos, advogados, contadores e profissionais qualificados, desde que seja autorizado pelo Presidente da **FACEP**.

**Art. 31.** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente.

**Parágrafo primeiro.** As decisões serão tomadas por maioria simples dos votos.

**Parágrafo segundo.** As faltas não justificadas a três sessões consecutivas poderão implicar na automática perda da condição de membro do Conselho Fiscal.

**Art. 32.** O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 4 (quatro) anos, podendo haver recondução.

#### Seção IV

##### Da Presidência

**Art. 33.** A Presidência da **FACEP** é o órgão executivo e administrativo e será dirigida por um Presidente, que será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente.

  
Rita d'Alva M. Rodrigues  
Promotora de Justiça  
26ª Promotora Civil

      
12/17



**Art. 34.** Os cargos de Presidente e Vice-Presidente da **FACEP** serão indicados pelo Reitor da Universidade Federal do Ceará, em consonância com a instituidora da **FACEP**.

**Art. 35.** Compete ao Presidente da **FACEP**:

**I.** Representar a **FACEP** ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente ou substabelecer com reserva de poderes;

**II.** Administrar a **FACEP** de acordo com as normas expedidas pelo Conselho Curador, praticando todos os atos necessários para tais fins;

**III.** Solicitar ao Conselho Curador a convocação, em caráter extraordinário, desse órgão, bem como do Conselho Fiscal;

**IV.** Admitir, promover, transferir, remover, punir e dispensar empregado, conceder-lhes férias e licenças e praticar todos os atos de administração de pessoal;

**V.** Constituir procuradores, advogados, conferindo-lhes os poderes que julgar necessários, inclusive especiais de transigir, confessar, desistir, firmar compromissos, receber e dar quitações e substabelecer;

**VI.** Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, juntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro da **FACEP**;

**VII.** Nomear os membros dos órgãos auxiliares da Presidência;

**VIII.** Quando necessário ao regular funcionamento das atividades, tomará decisões *ad referendum*, de forma motivada, encaminhando ao conselho curador no prazo de até 30 dias.

**Parágrafo único.** A Presidência poderá criar órgãos singulares ou coletivos para auxiliá-la na gestão e nos projetos relacionados ao ensino, à pesquisa, à extensão universitária, ao desenvolvimento tecnológico e demais atividades de educação.

**IX.** Preparar e submeter ao Conselho Curador e ao Conselho Fiscal, observando os prazos estabelecidos na legislação vigente que rege a matéria, o que segue:

- a) Proposta orçamentária e plano de trabalho para o exercício seguinte;
- b) Relatório anual de gestão contendo as Demonstrações Contábeis;
- c) Proposta ao Conselho Curador de alterações estatutárias.

Rita d'Alva M. Rodrigues  
Promotora de Justiça  
26ª Promotoria Civil



**Parágrafo primeiro.** Ao Vice-Presidente caberá substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos e se encarregar de outras atribuições que lhe forem conferidas.

**Parágrafo segundo.** O Presidente da **FACEP** poderá ser remunerado por deliberação do Conselho Curador, nos termos do que dispõe a Lei nº. 12.772/2012.

## Seção V

### Dos Órgãos Auxiliares da Presidência

**Art. 36.** São Órgãos Auxiliares da Presidência da **FACEP**:

- I.** Diretoria Científica;
- II.** Diretoria Administrativo-Financeira.

**Art. 37.** Os ocupantes dos cargos dos Órgãos Auxiliares da Presidência da **FACEP** serão escolhidos pelo Presidente, referendados pelo Conselho Curador.

**Art. 38.** Compete ao Diretor Científico:

- I.** Elaborar, coordenar, dirigir e avaliar projetos e demandas em atendimento às solicitações da Presidência;
- II.** Orientar, projetos e programas de interesse da **FACEP**;
- III.** Colaborar com o desenvolvimento técnico-científico dos projetos e ações em execução pela **FACEP**.

**Art. 39.** Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- I.** Realizar a gestão financeira da **FACEP** e prestar assessoria ao Presidente;
- II.** Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias juntamente com o Presidente;
- III.** Organizar procedimentos e rotinas e fazer cumprir as determinações da Presidência.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

**Art. 40.** Ressalvadas as responsabilidades, civil e criminal, pelos atos que

  
Rita d'Alva M. Rodrigues  
Promotora de Justiça  
26ª Promotoria Civil



praticarem com dolo ou culpa, os membros dos Conselhos e da Presidência não respondem subsidiariamente pelas obrigações da **FACEP**.

**Art. 41.** Os direitos e deveres dos eventuais empregados da **FACEP** serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislação complementar.

**Art. 42.** Para alterar o Estatuto da **FACEP**, é necessário que a alteração esteja em consonância com as finalidades da Fundação, e:

**I.** Seja aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Curador;

**II.** Seja comunicada ao Presidente do **CONSUNI** que dará conhecimento aos membros do Conselho Universitário da Universidade Federal do Ceará; e

**III.** Tenha o pronunciamento prévio do Ministério Público Estadual.

**Art. 43.** Para extinção da **FACEP** será necessária proposta do Conselho Curador, aprovada por maioria absoluta, em reunião especialmente convocada para esse fim com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

**Parágrafo único.** Deliberada a extinção, o patrimônio da **FACEP** reverterá em benefício da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (**FEAAC**) da Universidade Federal do Ceará (**UFC**).

**Art. 44.** Quando a **FACEP** estiver em pleno funcionamento irá publicar em sítio eletrônico da rede mundial de computadores (internet) dados de convênios e acordos referentes a pagamentos de servidores e recursos envolvidos nos projetos geridos pela fundação de apoio, tal como determina o artigo 4º-A da Lei 8.598/94.

**Art. 45.** Em relação à política de concessão de bolsas, prevista no artigo 9º deste Estatuto, destacam-se as vedações trazidas pelo artigo 13 do decreto regulamentador 7.423/10, acerca das situações de financiamento, concessão de bolsas e pagamentos especificados nos incisos de I a VI.

**Art. 46.** No plano remuneratório vale fazer menção a necessidade de observância dos limites do teto-constitucional de servidores e aposentados, bem como a compatibilização de atividades e limite de carga horária/regime de trabalho docente, tais como definidas pela Lei 12772/12.

**Parágrafo único.** O parágrafo quarto do artigo 5º da Lei 8958/94 traz a regra geral de não autorizar a remuneração a servidor público de IFES, por exercício de função em órgão dirigente na fundação de apoio, pelo que se deve

Confira o selo digital  
(-) Arlene L. Rodrigues - (-) Mathias Marinho Costa - Escrivães  
(-) Cesar Alexandre G. Rodrigues  
Ox. ADRANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Rita d'Alva M. Rodrigues  
Promotora de Justiça  
26ª Promotoria Civil



interpretar restritamente exceções a regra. Não sendo possível ampliar o conceito com base em interpretação extensiva ou analogia.

**Art. 47.** O presente Estatuto se obriga ao pronunciamento do Ministério Público do Estado do Ceará e à inscrição do Registro Público, entrando em vigor após a competente inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Fortaleza, 28 de agosto de 2024.

### CONSELHO CURADOR



Prof. Sergio Vitorino Bezerra Nogueira  
**Presidente**

Brasileiro, Casado, Economista

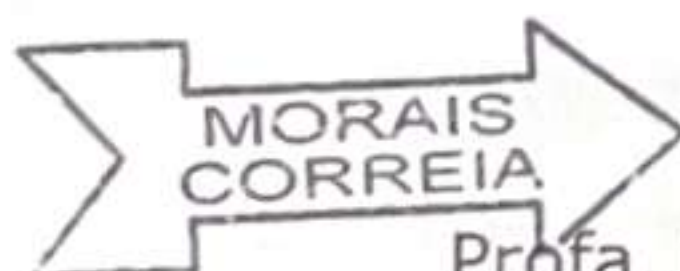
RG nº 1306586/SSP-CE, CPF nº 076.730.007-68

Data de nascimento: 30/04/1940

Endereço: Rua Joaquim Nabuco, nº 455, Apartamento 1501, Meireles, CE  
60.125-120 – Fortaleza – CE

Filiação: Artagnan Nogueira e Rejane Bezerra Nogueira

Telefone/WhatsApp: 85-996465400, email: [sergio@acep.org.br](mailto:sergio@acep.org.br)



Profa. Ruth Carvalho de Santana Pinho  
**Vice-Presidente**

Brasileira, Casada, Contadora

RG nº 90003018232 – SSPDS-CE, CPF nº 242.671.635-53

Data de nascimento: 28/12/1963

Endereço: Rua Monsenhor Catão, nº 1380, Apartamento 101, Aldeota – Cep:  
60.175-000 – Fortaleza – CE

Filiação: José Alves de Santana e Raimunda Carvalho de Santana

Telefone/WhatsApp: 85-999858042, email: [rcspinho@acep.org.br](mailto:rcspinho@acep.org.br)

Maria Denise Nunes Rodrigues

Profa. Maria Denise Nunes Rodrigues

**Conselheira Científica**

Brasileira, Divorciada, Contadora

RG nº 99099166550 SSP-CE, CPF nº 897.103.393-20

Data de nascimento: 16/09/1981

Endereço: Rua Justiniano de Serpa, 268, Apto. 101 – Farias Brito. Cep: 60.011-110.

Fortaleza – CE.

Filiação: Manoel Raimundo Nunes Rodrigues e Maria Dedicia Rodrigues

Telefone/WhatsApp: 35-992659185 e 85-99604-6520, E-mail:

[denise.nunes@ifce.edu.br](mailto:denise.nunes@ifce.edu.br)

Rita d'Alva M. Rodrigues  
Promotora de Justiça  
26ª Promotoria Civil





Prof. Augusto César de Aquino Cabral

**Membro Efetivo**

Brasileiro, Casado, Administrador

RG nº 1098691 - SSP-CE, CPF nº 213.484.563-53

Data de nascimento: 04/02/1963

Endereço: Rua Prof. Jacinto Botelho, 395 - Edson Queiroz - Cep: 60.810-050 - Fortaleza - CE

Filiação: Francisco Coelho Cabral e Maria La Salete de Aquino Cabral

Telefone/WhatsApp: 85-999514370, email: [cabral@ufc.br](mailto:cabral@ufc.br)



Profa. Maria Elias Soares

**Membro Efetivo**

Brasileira, Solteira, Professora do Magistério Superior

RG nº 278.949 - SSP-CE, CPF nº 021.787.613-72

Data de nascimento: 30/09/1948

Endereço completo: Avenida Beira Mar, nº 3330, Apartamento nº 1301 - Meireles.

CEP: 60.165-120 - Fortaleza - CE

Filiação: Baltazar Elias de França e Maria José Soares Moraes

Telefone/WhatsApp: (85)987760749, email: [meliassoares@gmail.com](mailto:meliassoares@gmail.com)



Prof. Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano

**Membro Efetivo**

Brasileiro, Casado, Contador e Psicólogo

RG nº 20181241725-0 - SSP-CE, CPF nº 944.661.575-53

Data de nascimento: 04/05/1977

Endereço: Rua Vicente Linhares, nº 985, Apartamento nº 1101, Aldeota.

CEP: 60135-270 - Fortaleza - CE

Filiação: Carlos Alberto Lima Gomes e Neuza Santos Gomes

Telefone/WhatsApp: 85-981080754, email: [adrianogordiano@ufc.br](mailto:adrianogordiano@ufc.br)

  
Rita d'Alva M. Rodrigues  
Promotora de Justiça  
26ª Promotoria Cível







2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
CARTÓRIO MORAIS CORREIA  
REGISTRADO **26695**



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

26ª Promotoria de Justiça de Fortaleza  
2ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº: 09.2025.00008926-9

Ofício nº: 0046/2025/26ª PmJFOR.

Fortaleza, 29 de abril de 2025.

Ilma. Sra.

**Bela. Ângela Maria Araújo Morais Correia**

Titular do 4º Tabelionato de Notas e Registro de Títulos e Documentos

Rua Major Facundo, 676, Centro, CEP: 60.025-100 Fortaleza/CE

E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

Assunto: Autorização para Averbação - FACEP

Senhora Oficiala,

Cumprimentando-a, a 26ª Promotoria de Justiça de Fortaleza – 2ª Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações Privadas e Entidades de Interesse Social, **informa que, após análise de regularidade formal e material**, com base no Estatuto Social da entidade, na Lei nº 6.015/1973 e, especialmente, no Provimento nº 004/2023 da Corregedoria-Geral da Justiça no Estado do Ceará, **foi AUTORIZADA a AVERBAÇÃO** da documentação indicada no âmbito do **Procedimento Administrativo nº 09.2025.00008926-9**, referente à:

- Ata da Reunião Ordinária do Conselho Curador da **Fundação de Apoio à Ciência, Cultura, Estudos e Pesquisas – FACEP**, realizada em 28 de agosto de 2024;
- Alteração do Estatuto Social da referida Instituição.

Dessa forma, e em atenção ao disposto no art. 497 do Provimento nº 004/2023/CGJCE, solicitamos que eventuais **exigências cartorárias relacionadas ao**

26ª Promotoria de Justiça de Fortaleza  
Rua Maria Alice Ferraz 120,, 26prom.fortaleza@mpce.mp.br Sala 314, 3º Andar,, Eng Luciano Cavalcante, Fortaleza-CE - CEP 60811-295  
Telefone: 34521543



2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
CARTÓRIO MORAIS CORREIA  
REGISTRADO **26695**



**MPCE**

Ministério Público  
do Estado do Ceará

26ª Promotoria de Justiça de Fortaleza

2ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social  
documento ora apresentado para averbação sejam comunicadas diretamente a esta  
Promotoria de Justiça, por meio do e-mail institucional:  
**26prom.fortaleza@mpce.mp.br**, tendo em vista tratar-se de ato previamente autorizado  
pelo Ministério Público.

Sem mais para o momento, renovamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**Rita Arruda d'Alva Martins Rodrigues**  
Promotora de Justiça

26ª Promotoria de Justiça de Fortaleza

Rua Maria Alice Ferraz 120,, 26prom.fortaleza@mpce.mp.br Sala 314, 3º Andar,, Eng Luciano Cavalcante, Fortaleza-  
CE - CEP 60811-295  
Telefone: 34521543